

Acordo no RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.496 - RS (2016/0106978-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : JOSE ANTONIO RODRIGUES MOREIRA
ADVOGADOS : ANDRÉ GRAZIANI DE SOUZA MELLO LOPES E OUTRO(S) -
RS089106
CRISTIANO TÁVORA MARTINS LOPES - RS090516
VINICIUS VERDI BORGES - RS089606
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Em petição de e-STJ fls. 416/418, a UNIÃO informa ter celebrado acordo com o recorrente.

Em seguida, a parte recorrente apresentou petição em que confirmou os termos da transação e requereu a expedição de precatório, com destaque dos honorários contratuais no percentual de 20% da parcela principal em execução, bem como a expedição de RPV para pagamento dos honorários de sucumbência, fixados pelas partes no percentual de 5% sobre o valor do acordo (e-STJ fls. 422/425). Juntou contrato de prestação de serviços profissionais (e-STJ fl. 430).

Considerando que os causídicos possuem poderes para transigir (e-STJ fl. 15 e *ex lege*) e que a transação é causa para a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC/2015, cuja manifestação pode dar-se em sede de recurso especial, é o caso de deferir o pleito de homologação do acordo.

Note-se, entretanto, que o pedido de destaque dos honorários contratuais no percentual de 20% da parcela principal em execução, bem como a expedição de RPV para pagamento dos honorários de sucumbência, fixados pelas partes no percentual de 5% sobre o valor do acordo, deverá ser decidido pelo juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, nos termos do disposto no art. 516 do CPC/2015.

Ante o exposto, com base no art. 487, III, "b", do CPC/2015, c/c o art. 34, IX, do RISTJ, HOMOLOGO o acordo e EXTINGO o processo com resolução do mérito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator